

Click to prove
you're human



Qual a diferença entre política de estado e de governo

Contribua usando o Google do Diap Política, Estado e Governo: o que é e para que serve o Estado? Trata-se, pois, de forma organizacional cujo significado é de natureza política. É entidade com poder soberano para governar um povo dentro de uma área territorial delimitada. por Antônio Augusto de Queiroz O Estado, entendido como a nação politicamente organizada, representa o povo, o território, o governo, os objetivos nacionais e a soberania. O Estado é o poder público em sentido amplo, formado por conjunto de instituições que controlam e administram uma nação, de forma soberana e de modo impessoal, estável e permanente. Leia também:Política, Estado e Governo: o que é e para que serve a política? A missão do Estado, por intermédio do governo, é executar ações, programas e projetos, com a prerrogativa de limitar a ação dos indivíduos em prol do bem comum e até mesmo fazer emprego da força física (coerção) para fazer valer suas decisões. A diferença, do ponto de vista da liberdade, entre o Estado e os particulares (privados) é que a ação do Estado é condicionada pelo princípio da legalidade, ou seja, tudo é proibido, exceto o que a lei autoriza, enquanto no caso do particular tudo é permitido, exceto o que a lei proíbe. O Estado é soberano e nenhum poder, no âmbito do seu território, está acima dele, na medida em que determina quais são as normas válidas e tem o poder de constringer — inclusive fisicamente (coercitivamente) pelo uso do monopólio de punir — os destinatários da norma. Portanto, o poder do Estado, em última instância, é soberano e se sobrepõe aos demais agentes sociais, porque é o que elabora, aplica e fiscaliza, subordinado apenas à Constituição que o rege, as regras de convivência social. Entretanto, é preciso ter claro que pela nossa Constituição todo poder emana do povo que, por intermédio dos titulares das instituições de Estados, elabora e aplica as políticas públicas. Por isso é dever do cidadão participar politicamente, inclusive para impor limites à ação do Estado. A organização do Estado brasileiro adota o princípio da separação dos poderes em 3 níveis de governo (União, estados e municípios) e da separação dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário). PODER PÚBLICO EXECUTIVO LEGISLATIVO JUDICIÁRIO Federal Presidente da República Congresso Nacional Conselho Nacional de Justiça, tribunais superiores, tribunais regionais e juízes de 1ª instância Estadual Governadores assembleias legislativas ou câmaras legislativas Tribunais de Justiça e juízes de 1ª Instância Municipal Prefeitos câmaras de vereadores – Embora o poder do Estado seja uno, existe separação da funções entre os 3 poderes. Assim, para atingir seus objetivos, o Estado se vale dos 3 poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), sendo os titulares de 2 deles eleitos diretamente pela população: no Poder Executivo — o prefeito, o governador e o presidente da República; no Poder Legislativo — os vereadores, os deputados estaduais, os deputados federais e os senadores. O Estado moderno, por intermédio dos poderes, tem por missão organizar a vida em sociedade, e, para tanto, exerce 5 macrofunções, que são: 1) funções políticas, que consistem na definição de direitos e deveres dos cidadãos, assim como a relação entre pessoas e entre estas e as instituições; 2) funções executivas, voltadas para a implementação das políticas públicas; 3) funções jurisdicionárias, direcionadas à solução de litígios; 4) funções fiscalizadoras, destinadas à garantia do cumprimento da ordem jurídica e da regulação estatal; e 5) funções de defesa da ordem e integridade territorial. Assim, cabe ao Estado — mediante o manejo das instituições que o compõem — elaborar e aplicar as leis, definir, entre outras coisas, a carga tributária, a forma como deve ser gasto o dinheiro arrecadado com os tributos cobrados obrigatoriamente de todos, como são fixadas as tarifas públicas (IPTU, IPVA, taxa de iluminação pública, serviço de esgoto, etc), os limites ao direito de propriedade, os meios para garantir o exercício de direitos pelos cidadãos, enfim, as regras que regem a sociedade. Ou seja, o Estado, sempre por meio dos governantes, é que administra os recursos, elabora e aplica as políticas públicas em todas as relações humanas, especialmente nas arenas regulatória (definição de tarifas e preços), distributiva (saúde, educação, segurança, transporte) e redistributiva (previdência, reforma agrária, entre outras). Nessa sua missão, o Estado recebe influência de 3 agentes sociais: 1) a alta tecnoburocracia operando no seu interior, 2) as classes ou elites dirigentes, formada pelos grandes empresários, pelos intelectuais de todos os tipos, e pelos chamados políticos e líderes corporativos, e 3) a sociedade civil como um todo, que engloba os 2 primeiros, mas é mais ampla que os mesmos. Por fim, o Estado é resultado do pacto firmado em nível constitucional em cada país, e, no caso brasileiro, sua finalidade é: 1) satisfazer necessidades humanas, 2) estruturar as interações e relações sociais, e 3) determinar, mediante regulação, os processo de tomada de decisão. É, senão o maior, um dos maiores avanços civilizatórios da Humanidade, e que permite que as relações sociais se deem sob a proteção de instituições e pautadas pelo interesse coletivo, independentemente da vontade ou humor do governante do jantão. Antônio Augusto de Queiroz - Jornalista, consultor e analista político, diretor de Documentação do Diap e sócio-diretor da Queiroz Assessoria Paralela e Sínical. Veja mais sobre política de estado, governo, Política Apoio e faça parte desta caminhada para que ele se torne um veículo cada vez mais respeitado e forte. A busca por políticas públicas destinadas a promover positividade em setores e serviços essenciais, que são fortemente influenciados pela atuação política, nos leva a considerar a distinção crucial entre a política de Estado e a política de Governo. Política de Estado: A política de Estado remonta aos primeiros anos da República Velha (1889-1930), caracterizando-se como um acordo em que o Governo Federal apoiava os governos estaduais sem restrições. Em contrapartida, os estados faziam uso de seus coronéis (prática conhecida como coronelismo) e elegiam bancadas pró-Governo Federal. A importância da política de Estado reside na estabelecção de regras, leis, normas e na definição de direitos e deveres para orientar as ações da sociedade. É vital compreender que uma política de Estado é aquela que, independente do governo ou governante vigente, deve ser realizada conforme o respaldo constitucional. Em contrapartida, a política de governo pode depender da alternância de poder. As funções do Estado incluem a administração de um território com base em um governo, sendo elementos essenciais: território, governo, população e soberania, categorizados conforme suas especificidades em diferentes contextos histórico-econômicos. Política de Governo: A política de governo é caracterizada como o conjunto de práticas e normas provenientes de um ou vários atores públicos, abrangendo formas de intervenção, regulamentação, provisão e prestação de serviços. Política pública, por sua vez, resulta da atividade de uma autoridade investida de poder público e legitimidade governamental. Os quatro tipos de políticas de interesse público incluem as distributivas (destinadas a grupos específicos), as redistributivas (buscando promover o bem-estar social), as regulatórias (definindo regras sociais) e as constitutivas (voltadas para o funcionamento das diferentes formas de política). No contexto brasileiro, o sistema político se divide em três esferas: União, Estados, Municípios e o Distrito Federal. O Estado é organizado em três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – sendo o presidente da República o chefe do Poder Executivo, eleito pelo voto direto. Em termos de sistemas de governo, os mais comuns incluem a democracia, onde o poder reside no povo com líderes eleitos; a república, forma de democracia com representantes eleitos com poder de governar; e a monarquia, seja absoluta, com amplos poderes ao monarca, ou constitucional. Visão Cidade A política de estado consegue permanecer por mais de uma geração - Imagem. Divulgação Quantas vezes você viu uma política transformadora ser implementada por um governante, mas quando o mandato dele acabou, o programa foi descontinuado? Isso é muito comum, sobretudo quando se trata da execução de uma política de governo, que são políticas públicas criadas de acordo com interesses e ideologias do grupo político e/ou de quem está no poder. Agora, quando uma política pública é criada de forma estruturada, pensada por diferentes setores da sociedade, com grande apoio social, robustez e orçamento para ser executada a longo prazo e ela se mantém independente das trocas de governo, ela passa a ser considerada uma política de estado. Neste texto, a Politize! e o Juventudes do Agora exploram mais detalhes sobre essa temática! Vem com a gente! Ainda que não seja tão fácil saber de cara quando uma política será de governo ou de Estado, podemos dizer que a diferença básica entre elas é que, enquanto a política de governo pode ser facilmente descontinuada, a política de estado consegue permanecer por mais de uma geração. Mas, atenção: a palavra “estado” neste caso significa que se trata de uma política apoiada por vários atores sociais (sociedade civil, pesquisadores, governo e o poder legislativo, por exemplo) e não que seja uma política implementada nacionalmente, pelo “Estado Brasileiro”: uma política de estado pode ser municipal, estadual ou nacional. Um exemplo de política de estado municipal é o orçamento participativo da cidade de Porto Alegre, que permite à população decidir sobre a aplicação dos recursos em obras e serviços que serão executados pela prefeitura. A medida foi implementada em 1989 e se perpetua em todos os mandatos posteriores. A lei Cidade Limpa na cidade de São Paulo, que proíbe outdoors, letreiros e pinturas em fachadas de propaganda de empresas e produtos, é outra, executada desde 2006. Mas vamos por partes: primeiro precisamos ter bem clara a diferença entre Estado e Governo. Estado é o conjunto de instituições que controlam e administram uma nação e o seu ordenamento jurídico. Já o Governo é a liderança que controla estas instituições, especialmente o Poder Executivo. O Estado é permanente, no sentido de que não é esperado que seja alterado, enquanto que governos vêm e vão de acordo com as eleições ou outras situações políticas. Políticas Públicas são programas, ações e decisões criadas pelos governos (prefeitos, governadores e presidentes) junto à sociedade civil, entes públicos e privados, e implementadas para assegurar os direitos universais de cidadania garantidos pela Constituição Federal aos vários grupos da sociedade. Então, tanto as políticas de governo como as de estado são políticas públicas; o que vai determinar sua classificação ao longo dos anos é o apoio social, recursos para se manter e se perdurar independente do mandato. Para que uma política pública tenha embasamento para se tornar uma política de estado, ela deve ser construída ouvindo o máximo de vozes possível, ser embasada por evidências, ter bons indicadores de monitoramento e avaliação e especialmente com uma garantia de financiamento que não seja facilmente trocada ou descontinuada. Temos algumas, que foram extremamente importantes para o acesso da população a serviços básicos, como a implementação do Sistema Único de Saúde (SUS); a obrigatoriedade de estados e municípios a destinarem à Saúde e Educação pelo menos 25% do orçamento repassado pela União, além do Marco Regulatório do Saneamento, que estabelece alguns parâmetros obrigatórios a todo município. Assista também ao nosso vídeo Ao não serem interrompidas pelas trocas de governo, garantimos a longevidade necessária para a efetivação dos direitos constitucionais a grupos específicos em áreas básicas, como saúde, educação, segurança pública, esporte e lazer. É importante ter em mente que nem todas as políticas precisam ser estruturadas para serem de estado, mas as que estão voltadas para públicos-chave, relacionadas à afirmação dos principais direitos - é fundamental que sejam, já que só políticas de estado garantem o tempo necessário para produzir transformações sociais efetivas ao longo de gerações. Algumas políticas de estado em outros países são icônicas, como a estratégia da União Europeia para juvenudes, o sistema público de saúde da Inglaterra (NHS) implementado no fim dos anos 1940, a política de isenção de impostos e construção de ciclovias que fez com que a Holanda se tornasse o país com a maior mobilidade ciclística do mundo. A sociedade pode e deve participar ativamente da criação e monitoramento de políticas de estado. Grupos da sociedade civil, ONG’s e instituições podem propor iniciativas e apresentar ideias através de espaços formais de participação popular, como os conselhos participativos (municipais, estaduais e nacionais), além de organizar fóruns de debates, submeter pedidos de audiência e consulta pública tanto para o Legislativo quanto para o Executivo. A Lei da Transparência e Acesso à Informação permite que cidadãos e cidadãs solicitem informações que não estejam explícitas nos sites governamentais e enviem sugestões para os governos na construção de políticas. É possível também acompanhar resultados e monitorar a evolução de alguma política ou necessidade dela. A publicação desses dados em peças de mídias sociais, a produção de análises junto a pesquisadores de universidades em blogs e canais de formadores de opinião também são importantes medidas para convocar a participação de outros grupos sociais. No contexto das juvenudes, pessoas e instituições vêm se articulando e conquistas importantes já aconteceram, como a lei que em 2005 criou o Conselho Nacional das Juventudes (Conjuve), o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem); a inclusão dos jovens na Constituição (2010) e a promulgação do Estatuto da Juventude (2013). Com o intuito de mobilizar o fortalecimento de uma agenda em favor da consolidação de um Plano Nacional de Juventude - por uma política de estado para e com as Juventudes, foi criado o Juventudes do Agora, que propõe uma metodologia com os principais passos para construção, implementação e monitoramento participativos desse plano nacional, garantindo aos jovens brasileiros o direito à Cidadania, Participação Social e Política e a Representação Juvenil; à Educação, entre outros. A plataforma permite que pessoas, organizações, candidatos e partidos assinem seu desejo de ver essas ações implementadas, além de poderem acompanhar as metas estabelecidas e seu andamento. Como falamos, a descontinuidade de políticas importantes interrompe um processo que geraria transformações sociais irreversíveis, como o programa Luz Para Todos, que desde 2003 já levou energia elétrica a 17 milhões de moradores de áreas rurais, mas será interrompido ao final de 2022. Apesar de termos tão poucas políticas de estado, o Brasil segue na tentativa de elevar a este patamar alguns programas já em curso, cujo desafio maior é ter um planejamento com fôlego para durar mais que quatro anos, ou seja, o período de um mandato. Mais um exemplo disso é a instauração da política de transferência condicional de renda a famílias em situação de pobreza em todo o país, que começou como Bolsa Família e agora segue como Auxílio Brasil. É importante frisar que nem sempre é mérito do governo em mantê-la, mas o forte apoio popular torna praticamente impossível desfazer o programa, já que geraria insatisfação e críticas ferrenhas a um governante que pretende se reeleger, por exemplo. Voltando à necessidade da criação de uma política de estado para os/as jovens no Brasil, como esse público não para de crescer (são 50 milhões de pessoas com idade entre 15 a 29 anos - nunca tivemos esse contingente num mesmo período) só a implementação de um plano de incentivo integrado daria condições para que essas pessoas se desenvolvessem e gerassem riqueza ao estado brasileiro. Portanto, só uma política de estado bem estruturada e com engajamento social em vários níveis e em áreas transversais garantiria o sucesso dessa implementação. Façamos nossa parte para a construção de mais políticas de estado no Brasil. Referências: Atlas da JuventudeNEXO - As juvenudes podem decidir as eleições de 2022Instituto Veredas - “Engajar cidadãos favorece as políticas”, diz Laura Boeira, em evento internacional sobre Evidências Na edição desta semana do Millenium Explica, o mestre em Análise e Gestão de Políticas Públicas, Carlos Cardoso irá explicar os conceitos de política de governo e política de estado. O especialista salienta que não existe uma linha clara que defina os limites entre cada uma delas, e sim, aspectos específicos para cada classificação. Sobre políticas de governo, Cardoso explica que estas costumam ter alta vinculação com chefes de poder executivo, ou seja, prefeitos, governadores, presidentes, cargos oriundos do voto, visando atender situações como atendimento de promessas de campanhas e oportunidades que ensejam ganhos políticos. Leia também “A boa gestão pode salvar vidas” Secretário fala sobre a transformação digital que desburocratiza o setor público Além disso, a política de governo busca criar uma marca, fazendo a ligação entre a política que está sendo promovida pelo governo com a imagem do político eleito para gerar ganhos eleitorais, votos e apoio. “Por conta disso, este tipo de política costuma contar com um prazo de validade, pois, como presumem os regimes democráticos, sempre existe a possibilidade alternância no poder, com periodicidade de 2 anos para cada eleição. Havendo a mudança do chefe do poder executivo, poderá haver a descontinuidade das políticas do governo anterior e inovações para tentar imprimir uma nova simbologia para o novo político eleito”. + Millenium Explica: a importância do investimento privado Em contraste, temos as políticas de Estado, definidas por Carlos como estruturantes e longínquas, estas costumam atravessar os governos e não são modificadas, por isso, são mais robustas e complexas. “Versam sobre aspectos da sociedade. Um exemplo é a Constituição Federal, que tem uma série de direitos e deveres determinados para serem implementados pelo estado para garantir a vida em sociedade; sendo delineadora dos limites, políticas e atos do governo”, finaliza. 1 - Qual a diferença de Políticas de Governo e Políticas de Estado? Nas políticas de governo o Executivo é quem tem a decisão sobre as medidas para responder às demandas colocadas na própria agenda política interna - pela dinâmica econômica ou política-parlamentar, por exemplo, ou vindos de fora, como resultado de eventos internacionais com impacto doméstico. O processo para definição do problema é mais simples, resolve-se através de atos administrativos ou pelos próprios ministérios setoriais. Já as Políticas de Estado envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, justamente, e acabam passando pelo Parlamento ou por instâncias diversas de discussão, depois que sua tramitação dentro de uma esfera (ou mais de uma) da máquina do Estado envolveu estudos técnicos, simulações, análises de impacto horizontal e vertical, efeitos econômicos ou orçamentários, quando não um cálculo de custo-benefício levando em conta a trajetória completa da política que se pretende implementar. Em geral, pode-se dizer que as políticas de Estado são aquelas que conseguem ultrapassar os períodos de um governo. Ou seja, políticas públicas são políticas de Estado ou políticas de governo. A diferença entre aquilo que é política de Estado e o que é política de governo é a maneira como elas são institucionalizadas. 2 - Qual é a importância da continuidade das Políticas Públicas? A importância se dá no fato da continuação do trabalho que vem sendo realizado. Existe todo um investimento em uma Política Pública, na qual dentre diversos outros fatores, a sua descontinuidade acaba por jogar dinheiro público fora. O que nós vemos a cada eleição é exatamente isso, troca-se o Gestor e com eles a maioria das Políticas Públicas criadas vão embora juntamente com ele. O que são políticas de Estado e o que são políticas de governo? Seriam os dois termos intercambiáveis, como preferem alguns? Ou são elas necessariamente distintas e próprias de cada situação, de cada arranjo de poder, correspondendo cada uma a uma forma específica de elaboração e de aprovação? Esta não é uma questão trivial, pois dependendo da resposta que se dá a estas questões pode-se estar sancionando meras políticas do governo como se fossem políticas de Estado ou travestindo de primeiras com a aura indevida do processo decisório articulado e responsável, como devem ser todas as políticas que aspiram à chancela “de Estado”. Com efeito, determinadas políticas, seguidas por um governo específico, num dado momento da trajetória política de um país, podem corresponder à expressão da chamada “vontade nacional”, dado que contém certo número de elementos objetivos que podem entrar na categoria dos sistêmicos ou estruturais, respondendo, portanto, ao que normalmente se designa como política de Estado. Alternativamente, porém, ela pode expressar tão somente a vontade passageira de um governo ocasional, numa conjuntura precisa, geralmente limitada no tempo, da vida política desse mesmo país, o que a coloca na classe das orientações passageiras ou circunstanciais. Muitos pretendem que toda e qualquer política de governo é uma política de Estado, posto que um governo, que ocupa o poder num Estado democrático - isto é, emergindo de eleições competitivas num ambiente aberto aos talentos políticos - é sempre a expressão da vontade nacional, expressa na escolha regular daqueles que serão os encarregados de formular essas políticas setoriais. Os que assim pensam consideram bizantina a distinção, mas estes são geralmente pessoalmente do próprio governo, eventualmente até funcionários do Estado que pretendem se identificar com o governo de passagem. O que se argumenta é que, na medida em que suas propostas políticas já foram “aprovadas” previamente no escrutínio eleitoral, elas correspondem, portanto, aos desejos da maioria da população, sendo em consequência “nacionais”, ou “de Estado”. Não é bem assim, pois raramente, numa competição eleitoral, o debate pré-votação desce aos detalhes e minudências das políticas setoriais e a todos os contornos e implicações dos problemas que podem surgir na administração corrente do Estado após a posse do grupo vencedor. Campanhas eleitorais são sempre superficiais, por mais debates que se possam fazer, e os candidatos procuram simplificar ainda mais os problemas em confronto, adotando slogans redutores, e fazendo outras tantas simplificações em relação às posições dos seus adversários. Por outro lado, as promessas são sempre genéricas, sem muita quantificação - diretamente quanto às metas ou sua expressão orçamentária - e sobretudo sem precisão quanto aos meios e seus efeitos no cenário econômico ou social. Todos prometem empregos, distribuição de renda, crescimento e desenvolvimento, defesa dos interesses nacionais, resgate da dignidade e da cidadania e outras maravilhas do gênero. Em outros termos, raramente a eleição de um movimento ou partido político ao poder executivo lhe dá plena legitimidade para implementar políticas de governo como se fossem políticas de Estado, que por sua própria definição possuem um caráter mais permanente, ou sistêmico, do que escolhas de ocasião ou medidas conjunturais para responder a desafios do momento. Quando alguém disser que esta seguindo políticas de Estado, pare um pouco e examine os procedimentos, a cadeia decisória, as implicações para o país e constate se isso é verdade, ou se a tal política corresponde apenas e tão somente a uma iniciativa individual do chefe de Estado ou do ministro que assim se expressou. Nem todo presidente se dedica apenas a políticas de Estado, e nem toda política de Estado é necessariamente formulada pelo presidente ou decidida apenas no âmbito do Executivo. Como dizem os americanos: “think again”, ou seja, espere um pouco e reconsidere o problema... Democraciagestão públicame-polipolíticas de Estadopolíticas de governo